

## **ERRATA**

**Modalidade:** CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 03/2026

**Objeto:** Concessão temporária de uso do espaço inteiro, incluindo a execução e gerência de todos os setores e contrapartida, a empresas privadas do setor de produção de eventos, destinadas para realização do Evento “AGROSHOW - 2026”, que acontecerá no Município de Conceição das Alagoas, no Parque de Exposição Dr. Paulo José Gouvêa, entre os dias 06 a 09 de agosto de 2026

### **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente Errata é expedida com fundamento no art. 55 da Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que autoriza a Administração Pública a promover modificação no instrumento convocatório, antes da abertura do certame, quando necessário para sanar erro, omissão ou inadequação, desde que a alteração não comprometa a elaboração das propostas pelos licitantes e seja publicada nos mesmos meios em que foi divulgado o instrumento original, com prazo adequado para a Contratação.

A modificação ora introduzida visa corrigir omissão verificada no item de qualificação técnica do edital, passando a prever expressamente a aceitação de registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo — CAU, além do registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA, em respeito à legislação que disciplina o exercício profissional e à jurisprudência dos Tribunais de Contas acerca da amplitude das exigências de qualificação técnica.

### **JUSTIFICATIVA**

A Lei n.º 12.378/2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo, criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil — CAU/BR, como autarquias federais dotadas de personalidade jurídica de direito público, com atribuições para fiscalizar o exercício da profissão de arquiteto e urbanista em todo o território nacional.

Assim, profissionais e empresas cujo responsável técnico seja arquiteto e urbanista são registrados no CAU, e não no CREA. A exigência exclusiva de registro no CREA como condição de qualificação técnica, nas hipóteses em que o objeto licitado admite a execução por arquitetos e urbanistas, configura restrição indevida à competitividade, contrariando o art. 69, §1.º, da Lei n.º

14.133/2021, e a orientação do TCU no sentido de que as exigências de qualificação técnica devem ser proporcionais e não restritivas à competição.

Portanto, faz-se necessária a presente correção para que o instrumento convocatório reflita adequadamente a legislação em vigor e assegure ampla participação de licitantes habilitados.

## **NOVA REDAÇÃO DO ITEM DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **ONDE SE LÊ:**

**11.30.** Comprovante de Registro ou Inscrição da licitante perante o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);

**11.31.** Indicação de Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, na especialidade de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica.

### **LEIA-SE:**

**11.30.** Comprovante de Registro ou Inscrição da licitante perante o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo — CAU, de acordo com a habilitação profissional do licitante;

**11.31.** Indicação de Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, na especialidade de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo — CAU, de acordo com a habilitação profissional do responsável técnico indicado pela licitante.

## **EFEITOS DA ERRATA — DESNECESSIDADE DE REABERTURA DE PRAZO**

O art. 55, §1.º, da Lei n.º 14.133/2021 determina a reabertura de prazo quando a modificação do instrumento convocatório puder afetar a formulação das propostas ou prejudicar os licitantes que já as tenham elaborado. No caso em tela, todavia, a alteração promovida NÃO impõe reabertura de prazo, pelas razões a seguir expostas.

**Primeiro**, a modificação é de caráter **AMPLIATÓRIO**. A inclusão do CAU como conselho profissional aceito para fins de qualificação técnica exclusivamente expande o universo de licitantes habilitados a participar — não restringe, não altera o objeto, não modifica o valor estimado, não impõe novas exigências e não prejudica quem já elaborou proposta com registro no CREA. Quem já estava habilitado pelo CREA permanece habilitado. Nenhum licitante é prejudicado pela correção.

**Segundo**, o critério de julgamento é MAIOR OFERTA. Nessa modalidade de disputa, a proposta vencedora é aquela que oferta o maior lance ou o maior retorno financeiro à Administração. A ampliação do rol de participantes aptos a habilitar-se tecnicamente aumenta a concorrência e, por consequência, potencializa a obtenção de proposta mais vantajosa. Não há qualquer hipótese em que a inclusão de mais competidores prejudique os licitantes já participantes ou comprometa a elaboração das propostas.

**Terceiro**, a alteração decorre de imperativo legal. A omissão do CAU configurava exigência restritiva à competitividade, vedada pelo art. 69, §1.º, da Lei n.º 14.133/2021. A correção de ilegalidade no instrumento convocatório não pode ser equiparada a alteração substancial que exija reabertura de prazo — é, ao contrário, dever da Administração saná-la, ainda que no curso do certame.

**Quarto**, o TCU possui entendimento consolidado no sentido de que alterações editalícias que ampliam a competitividade e não modificam o objeto, o valor estimado ou as condições essenciais da disputa não configuram prejuízo a nenhum dos licitantes e, portanto, não impõem, por si sós, a reabertura do prazo (TCU, Acórdão 2.394/2013 — Plenário; Acórdão 1.557/2013 — Plenário). O dever de republicar não se confunde com o dever de reabrir o prazo.

## CONCLUSÃO

A presente Errata DISPENSA a reabertura de prazo para apresentação de propostas, por tratar-se de alteração ampliatória da competitividade que não afeta a formulação das propostas, não prejudica os licitantes já participantes e não modifica as condições essenciais do certame. Mantém-se, portanto, a data de abertura originalmente designada

Permanecem inalteradas todas as demais condições, exigências, critérios e disposições do instrumento convocatório original e seus anexos, que não tenham sido objeto de modificação pela presente Errata.

Conceição das Alagoas/MG, 25 de maio de 2026.

---

**LEONARDO GUEDES SOUZA CORREIA**

Pregoeiro Oficial